



BALANÇO

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

ANO ECONÓMICO DE 2023

Município de Portel

Balço em 31 de Dezembro de 2023

Valores em €

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		37 011 168,99	36 077 893,31
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis		52 105,65	56 561,51
Ativos biológicos			
Participações financeiras		295 434,00	295 434,00
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos		538 040,57	599 233,50
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
Clientes, contribuintes e utentes			
Outras contas a receber			
		37 896 749,21	37 029 122,32
Ativo corrente			
Inventários		268 692,50	268 572,64
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		4 250,36	1 240,20
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes		25 151,64	21 059,52
Estado e outros entes públicos		644,73	1 649,47
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber		976 958,66	637 746,93
Diferimentos		88 698,05	80 339,23
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos		2 109 705,49	3 069 190,28
		3 474 101,43	4 079 798,27
Total do Ativo		41 370 850,64	41 108 920,59
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		29 411 780,32	29 411 780,32
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas		12 186,15	12 186,15
Resultados transitados		-6 311 828,30	-4 634 945,91
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no Património Líquido		14 948 866,76	11 382 442,26
Resultado líquido do período		-1 476 955,32	-1 676 882,39
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
Total do Património Líquido		36 584 049,61	34 494 580,43

Município de Portel

Balanco em 31 de Dezembro de 2023

Valores em €

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões		1 316 646,26	1 244 210,21
Financiamentos obtidos		580 886,29	1 054 397,11
Fornecedores de investimentos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos		729 818,73	
Passivos por impostos diferidos			
Fornecedores			
Outras contas a pagar		15 455,82	15 686,70
		2 642 807,10	2 314 294,02
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos		599 233,50	656 073,75
Fornecedores			
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		10 622,02	
Estado e outros entes públicos		72 663,06	61 878,23
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos		240 608,35	244 014,39
Fornecedores de investimentos			12 566,78
Outras contas a pagar		1 018 380,78	957 758,34
Diferimentos		202 486,22	2 367 754,65
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		2 143 993,93	4 300 046,14
Total do Passivo		4 786 801,03	6 614 340,16
Total do Património Líquido e Passivo		41 370 850,64	41 108 920,59

Município de Portel

Demonstração de resultados por naturezas do período findo em 31 de Dezembro de 2023

Valores em €

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2023	31/12/2022
Impostos, contribuições e taxas		1 370 653,43	1 588 811,51
Vendas		354 578,92	324 689,58
Prestações de serviços e concessões		930 254,62	748 955,29
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empre			5 793,37
Transferências e subsídios correntes obtidos		8 180 165,85	8 032 882,51
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade		118 990,12	377 843,70
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários tr		-745 088,79	-871 431,53
Fornecimentos e serviços externos		-2 900 849,64	-3 695 712,71
Gastos com pessoal		-5 650 931,06	-4 863 571,96
Transferências e subsídios concedidos		-1 258 571,14	-1 063 412,19
Prestações sociais			
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)		-19 509,73	-155 682,48
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-2 169,72	-6 384,10
Provisões (aumentos/reduções)		-72 436,05	
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos		744 529,90	480 383,68
Outros gastos		-240 422,98	-249 635,31
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		809 193,73	653 529,36
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-2 247 807,89	-2 310 660,23
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		-1 438 614,16	-1 657 130,87
Juros e rendimentos similares obtidos		11 873,17	378,46
Juros e gastos similares suportados		-50 214,33	-20 129,98
Resultado antes de impostos		-1 476 955,32	-1 676 882,39
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		-1 476 955,32	-1 676 882,39
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe			
Interesses que não controlam		-1 476 955,32	-1 676 882,39

Município de Portel

Demonstração dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de Dezembro de 2023

Valores em €

Rubricas	Notas	Periodos	
		31/12/2023	31/12/2022
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		1 323 758,35	1 004 496,72
Recebimentos de contribuintes		1 162 550,75	1 617 244,21
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		7 722 406,16	7 769 189,77
Recebimentos de utentes		121 788,54	107 605,68
Pagamentos a fornecedores		-3 303 814,82	-3 579 311,93
Pagamentos ao pessoal		-5 448 851,09	-4 706 719,99
Pagamentos a contribuintes / Utentes			
Pagamentos de transferências e subsídios		-1 535 019,89	-1 374 275,00
Pagamentos de prestações sociais			
Caixa gerada pelas operações		42 818,00	838 229,46
Recebimento do imposto sobre o rendimento			
Pagamento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos		58 926,94	95 966,75
Outros pagamentos		-215 187,18	-326 572,19
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		-113 442,24	607 624,02
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-2 135 733,55	-3 011 755,42
Ativos intangíveis		-21 903,41	-6 020,85
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		18 677,29	23 264,48
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		335 389,60	612 547,86
Transferências de capital		1 471 010,00	994 788,92
Juros e rendimentos similares		9 036,45	
Dividendos		2 836,72	5 793,37
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-320 686,90	-1 381 381,64
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-476 916,86	-360 061,83
Juros e gastos similares		-48 438,79	-15 812,17
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-525 355,65	-375 874,00
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		-959 484,79	-1 149 631,62
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		3 069 190,28	4 218 821,94
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2 109 705,49	3 069 190,28
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		3 069 190,28	4 218 821,94
- Equivalentes a caixa no início do período		-150 553,79	
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		150 553,79	
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		3 069 190,28	4 218 821,94
De execução orçamental		2 822 664,96	3 918 258,39

Município de Portel

Demonstração dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de Dezembro de 2023

Valores em €

Rubricas	Notas	Períodos	
		31/12/2023	31/12/2022
De operações de tesouraria		246 525,32	300 563,55
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2 109 705,49	3 069 190,28
- Equivalentes a caixa no fim do período			
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		2 109 705,49	3 069 190,28
De execução orçamental		1 867 673,12	2 822 664,96
De operações de tesouraria		242 032,37	246 525,32

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large checkmark, the word "Cen", and various initials like "TR" and "af".



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANO ECONÓMICO DE 2023

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1.1 Identificação da entidade e período de relato

Designação: Município de Portel

Endereço: Praça D. Nuno Álvares Pereira

NIF: 506 196 445

1.2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro (com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro) – Sistema de Normalização Contabilístico para a Administração Pública.

1.3 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

O detalhe dos valores constantes em Caixa e Depósitos Bancários é o seguinte:

Conta	Designação	31-12-2023	31-12-2022
11	Caixa	1 389,17	2 767,68
111	Caixa A	1 389,17	2 767,68
118	Fundo Fixo	-	-
12	Depósitos à ordem	2 108 316,32	3 066 422,60
122	Depósitos Bancários à ordem	2 108 316,32	3 066 422,60
	TOTAL	2 109 705,49	3 069 190,28

277 Garantias e cauções

31-12-2023	31-12-2022
236 589,53	241 215,38

Os valores de garantias e cauções, não foram transferidos para a conta 13 – Outros depósitos. Em termos de relato financeiro os valores estão apresentados no quadro anterior.

Para as mesmas datas, os valores da execução orçamental e de operações de tesouraria, apresentam-se conforme segue:

Designação	31-12-2023	31-12-2022
Execução orçamental	1 867 673,12	2 822 664,96
Operações de tesouraria	242 032,37	246 525,32
SALDO DA GERÊNCIA	2 109 705,49	3 069 190,28

NOTA 2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

2.1 Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras

➤ Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas Normas de Contabilidade Pública (NCP).

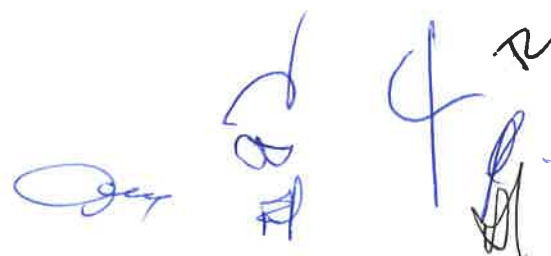
➤ Informação Comparativa

Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

➤ Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.



➤ **Materialidade e Agregação**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

➤ **Compensação**

Devido a importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

➤ **Continuidade**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, o Município de Portel, continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

➤ **Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas**

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

➤ **Moeda de apresentação e notas não relevantes**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Euro, constituindo esta a moeda funcional de apresentação.

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Município de Portel ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

2.2 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas definidas pelo Órgão de Gestão, foram as seguintes:

a) Ativos fixos tangíveis

Todos os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo, com exceção dos prédios rústicos e urbanos, que na transição para o SNC-AP, não existindo informação fiável e atualizada sobre o custo ou sobre o custo depreciado, foram mensurados pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT).

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, deduzido das depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo e bens, adotando-se o Classificador complementar 2 (CC2)

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Caso existam ativos fixos tangíveis em curso, os mesmos representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

b) Propriedades de investimento

Na transição do ano para o novo normativo contabilístico, foram efetuados reconhecimentos de ativos, de acordo com o facto dos mesmos representarem um recurso presentemente controlado pela Município, como resultado de um evento passado que contém em si a capacidade de proporcionar um influxo do potencial de um serviço ou de benefícios económicos futuros.

Acresce referir que o controlo do recurso está presente, não apenas pela propriedade legal, se bem que esta seja importante, mas pela capacidade para utilizar o potencial de serviço ou os benefícios económicos provenientes do recurso em causa, ou de determinar a natureza e forma de utilização que outras entidades fazem dos benefícios originados pelo recurso (§93 da Estrutura concetual), nomeadamente se os investimentos que tenham de ser feitos não são cobertos pelo titular da propriedade.

Nestes termos foi adotado o classificador complementar 2 (CC2). Sempre que se justifique a vida útil dos ativos é revista em função das qualificações exigidas para a sua operacionalidade, podendo nestes casos serem adotados outras estimativas de depreciação.

Todas as propriedades de investimento foram mensuradas pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT), considerando que a fórmula do VPT do Código do IMI constitui uma técnica apropriada de avaliação do justo valor.

c) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos, são registados ao custo de aquisição (justo valor na data de aquisição), deduzidos das amortizações acumuladas e imparidades.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo e bens, adotando-se o Classificador complementar 2 (CC2).

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

d) Imparidades de ativos fixos tangíveis e intangíveis e propriedades de investimento

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas, com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

e) Inventários

Os inventários são reconhecidos pelo custo de aquisição, utilizando-se como método de custeio das saídas, o custo médio ponderado. Os inventários finais estão valorizados ao custo médio ponderado, o qual é inferior ao valor realizável líquido. Caso a quantia escriturada seja superior ao valor realizável líquido, são constituídas perdas por imparidade por forma a que a quantia escriturada reflita a sua quantia recuperável.

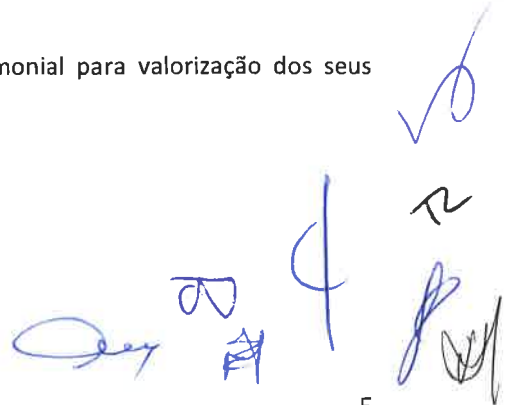
f) Participações Financeiras

Os investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas podem ser mensurados em conformidade com a NCP 18 (justo valor ou ao custo) ou ao método da equivalência patrimonial conforme previsto na NCP 23.

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade.

Pelo método da equivalência patrimonial, a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento. O valor final da participação financeira irá incluir o valor determinado pela aplicação do método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo que, em substância, façam parte do investimento líquido da investidora na participada.

O Município de Portel seguirá o método do custo e da equivalência patrimonial para valorização dos seus investimentos financeiros.



g) R dito e regime do acréscimo

Nos rendimentos de transações com contraprestação, o rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestações de serviços decorrentes da atividade normal do Município de Portel, na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Nos rendimentos de transações sem contraprestação, o rédito é reconhecido quando os acontecimentos ocorrem, sendo mensurados ao justo valor   data de aquisição.

Observou-se o disposto nas NCP 13 e 14, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, e seja provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas tenham sido substancialmente resolvidas.

h) Transferências e subsídios

As transferências do Estado para os municípios no âmbito do Fundo de Equilíbrio Financeiro previsto na Lei n.é 73/2013, de 3 de setembro e a que o Município tem direito são reconhecidas no património líquido.

Sempre que se configurar possível a afetação dessas verbas a um ou mais ativos depreciáveis ou amortizável, afetação, a transação para resultados equipara -se a um subsídio ou transferência consignada, pelo que, numa base sistemática, procede-se   Imputação,   medida que forem contabilizadas as amortizações ou depreciações dos ativos subjacentes na respetiva proporção.

Um subsídio s  é reconhecido quando haja segurança razoável de que a entidade cumprir  as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos em diferimentos e, no momento em que se consideram cumpridas as condições, são transferidos para o património líquido (outras variações do património líquido) e, subsequentemente:

- Os que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciáveis e ativos intangíveis amortizáveis devem ser imputados numa base sistemática como rendimentos de forma que sejam balanceados com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;
- Os que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis e ativos intangíveis não amortizáveis devem ser mantidos no património líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

i) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- **Clientes e outras dívidas de terceiros**

As contas "clientes" e "outras contas a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidades, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

Os valores refletidos no Balanço a título de Clientes e Outros Valores a Receber, respeitam a saldos por receber de prestações de serviços, vendas e apoios contratuais acordados, para além de contratos de financiamento homologados já em execução (para os quais foi solicitado pedidos de pagamento) ou a aguardar o seu início ou execução.

A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber

- **Fornecedores e outras dívidas a terceiros**

As contas a pagar a fornecedores e outros terceiros, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é equivalente ao seu justo valor.

- **Financiamentos bancários (empréstimos)**

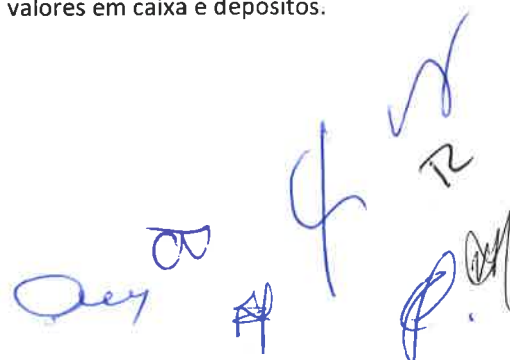
Os financiamentos são registados no passivo pelo custo. Os financiamentos são classificados como passivo corrente, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- **Periodizações**

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

- **Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes, correspondem aos valores em caixa e depósitos.



j) Provisões e Passivos Contingentes

Uma provisão só é reconhecida quando, cumulativamente:

- Tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;
- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Uma provisão é mensurada pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato. A melhor estimativa corresponde à quantia que o Município de Portel racionalmente pagaria para liquidar a obrigação à data de relato ou para a transferir para um terceiro nessa data.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento do órgão de gestão, tendo em consideração a experiência de transações similares e, em alguns casos, os relatórios de peritos independentes, nomeadamente do mandatário judicial.

As provisões são revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.

Se tivermos perante um passivo contingente, o mesmo não é reconhecido, sendo sujeito a divulgação, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

Os passivos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável. Quando se torna provável, deve ser reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras desse período.

2.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Município de Portel, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, para o setor público.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço só são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo as demonstrações financeiras.

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

NOTA 3 ATIVOS INTANGÍVEIS

a) Bases de mensuração

Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registrados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contábilísticos geralmente aceitos até aquela data, deduzido das amortizações.

b) Método de amortização usado

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil constante no Classificador Complementar 2 — Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, do SNC-AP (CC2). Sempre que se justifique a vida útil dos ativos é revista em função das qualificações exigidas para a sua operacionalidade, podendo nestes casos serem adotados outras estimativas de amortização.

c) Vidas úteis ou taxas de amortização

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

AI	Projetos de investimento	Programas de computador e sistemas de informação	Propriedade industrial e intelectual
Taxas de depreciação	33,33%	33,33%	33,33%
Métodos de depreciação	linha reta	linha reta	linha reta

3.1 Ativos Intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas

Rubricas		Início do período				Fim do período			
		Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
442	Projetos de desenvolvimento	136 454,20	89 093,09	-	47 361,11	136 454,20	107 426,42	-	29 027,78
443	Programas de computador e sistemas de informação	259 291,77	259 291,77	-	-	274 616,34	260 738,87	-	13 877,47
454	Ativos intangíveis em curso	9 200,40	-	-	9 200,40	9 200,40	-	-	9 200,40
TOTAL		484 946,37	348 384,86	-	56 561,51	420 270,94	368 165,29	-	52 105,65

3.2 Ativos Intangíveis - Quantia escriturada e variações do período

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações						Quantia Escriturada Final
		Adições	Transferências Internas	Revalorizações	Reversão de Perdas por Imparidade	Amortizações Do período	Diminuições	
442	Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	18 333,33	-	29 027,78
443	Programas de computador e sistemas de informação	15 324,57	-	-	-	1 447,10	-	13 877,47
454	Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	9 200,40
	TOTAL	15 324,57	-	-	-	19 780,43	-	52 105,65

3.2a Ativos Intangíveis – adições

Rubricas	Adições									Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência Ou troca	Doação	Depto em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, cisão, Reestruturação	Outras	
442	Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
443	Programas de computador e sistemas de informação	-	15 324,57	-	-	-	-	-	-	15 324,57
454	Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	TOTAL	-	15 324,57	-	-	-	-	-	-	15 324,57

NOTA 4 ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE

De acordo com a NCP – Norma de Contabilidade Pública nº 4, no parágrafo nº 5, são apresentadas as definições de concessão, concessionário e concedente. Sendo que uma concessão é um acordo vinculativo entre um concessionário, que usa os ativos da concessão para prestar um serviço público, em nome do concedente.

No parágrafo nº 6, indica que o concedente deve reconhecer um ativo nas suas contas, desde que tenha o controlo ou a regulamentação dos serviços que o concessionário tem de prestar e a que preço. E controla através da propriedade, direito aos benefícios ou outra forma, qualquer interesse residual no ativo no final do termo do acordo. Nos parágrafos 11 a 13, da mesma NCP, é definido que quando o concedente reconhecer um ativo de concessão de serviços de acordo com os parágrafos 6 ou 7, o concedente deve também reconhecer um passivo.

Assim existia a necessidade de registar os bens da concessão, tendo por contrapartida o registo de um passivo, o qual refletirá o valor líquido dos bens da concessão. De referir que numa eventual extinção ou resgate da concessão, é precisamente este montante, o valor líquido dos bens, que teria, tendencialmente, de ser pago pelo Município à concessionária.

O cálculo do valor das depreciações do período, foi efetuado com base nos anos de vida útil reportados pela concessionária, assim como o montante do ativo fixo bruto que ainda está a depreciar. Situação similar para os subsídios ao investimento associados

Bens	#	Valor Bruto	Depreciação do ano	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Imobilizado em exploração	1 481	3 656 544,36	105 444,92	2 516 703,47	1 139 840,89
Chegadas aéreas	201	448 561,44	4 890,80	392 254,45	56 306,99
Chegadas subterrâneas	103	89 141,01	3 312,11	53 806,16	35 334,85
Contagens	701	373 663,73	15 472,65	284 802,82	88 860,91
Iluminação Pública	107	315 358,47	12 120,87	212 429,53	102 928,94
Postos de transformação	115	1 132 364,21	35 559,25	702 972,80	429 391,41
Redes aéreas	178	969 000,17	23 614,14	653 094,07	315 906,10
Redes subterrâneas	76	328 455,33	10 475,10	217 343,64	111 111,69
Subsídios ao investimento	583	1 080 007,71	34 723,46	739 921,75	340 085,96
Chegadas aéreas	167	107 319,32	2 408,75	85 794,13	21 525,19
Chegadas subterrâneas	85	68 815,19	2 582,40	43 037,83	25 777,36
Contagens	33	25 070,00	69,42	24 505,51	564,49
Iluminação Pública	52	210 577,17	7 165,68	163 616,71	46 960,46
Postos de transformação	66	238 399,98	8 126,91	157 639,59	80 760,39
Redes aéreas	125	269 326,90	8 563,01	159 993,97	109 332,93
Redes subterrâneas	55	160 499,15	5 807,29	105 334,01	55 165,14
Totais		2 576 536,65	70 721,46	1 776 781,72	799 754,93

Foi ainda reconhecido na rubrica 72 de prestações de serviços, a diferença entre as depreciações e subsídios ao investimento, tornando estes registos neutros para o resultado líquido do Município e, permitindo que o valor da conta 2824 reflita o valor líquido dos bens a 31/12/2023.

Descrição	Valor Inicial	Exercício	Valor Atual
Ativos Fixos Tangíveis			
Valor Bruto	3 656 544,36		3 656 544,36
Depreciações acumuladas	(2 411 258,55)	(105 444,92)	(2 516 703,47)
Subsídios ao investimento			
Valor Bruto	1 080 007,71		1 080 007,71
Reconhecidos em rendimento	(705 198,29)	(34 723,46)	(739 921,75)
Valor Líquido dos Bens	870 476,39	(70 721,46)	799 754,93
Passivo da Concessão (2824)	870 476,39	(70 721,46)	799 754,93

NOTA 5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

a) Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2020, encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações.

Na transição para o SNC-AP os prédios rústicos e urbanos ficaram mensurados pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT). Na transição manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo para os restantes ativos não correntes.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 1 de janeiro de 2020 são registados ao custo de aquisição ou produção líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de aquisição ou produção incluem o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os

ativos na localização e condição necessária para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respectivos locais de localização que a entidade espera incorrer. Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a entidade e o custo possa ser mensurado com fiabilidade.

b) Método de depreciação usado

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil dado constantes no Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, do SNC-AP - (CC2). Sempre que se justifique a vida útil dos ativos é revista em função das qualificações exigidas para a sua operacionalidade, podendo nestes casos serem adotados outras estimativas de depreciação.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo fixo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada: Falta ajustar os restantes

AFT	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis
Taxas de depreciação		5,00%	Entre 5,00% e 20,00%	25,00%	12,50%	Entre 2,00% e 25,00%
Métodos de depreciação	linha reta	linha reta	linha reta	linha reta	linha reta	linha reta

5.1 Ativos fixos tangíveis – Variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

Rubricas	Início do período				Fim do período			
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terranos e recursos naturais	127 510,18	-	-	127 510,18	145 510,18	-	-	145 510,18
Edifícios e outras construções	3 666 528,23	263 364,02	-	3 403 164,21	5 549 126,02	441 347,05	-	5 107 778,97
Infraestruturas	38 415 373,27	28 350 065,75	-	10 065 307,52	38 828 847,87	29 462 867,08	-	9 365 980,79
Património histórico, artístico e cultural	37 365,85	1 192,50	-	36 173,35	38 868,57	1 391,25	-	37 477,32
Bens de domínio público em curso	295 568,09	-	-	295 568,09	-	-	-	-
	42 542 345,62	28 614 622,27	-	13 927 723,35	44 562 352,64	29 905 605,38	-	14 656 747,26
Ativos fixos em concessão								
Infraestruturas	-	-	-	-	3 656 544,36	2 516 703,47	-	1 139 840,89
	-	-	-	-	3 656 544,36	2 516 703,47	-	1 139 840,89
Outros ativos fixos tangíveis								
Terranos e recursos naturais	824 170,79	-	-	824 170,79	836 670,79	-	-	836 670,79
Edifícios e outras construções	21 934 017,21	6 810 060,21	-	15 123 957,00	25 862 880,48	7 307 651,39	-	18 555 229,09
Equipamento básico	2 323 961,75	1 782 031,44	-	541 930,31	2 475 809,31	1 887 083,54	-	588 725,77
Equipamento de transporte	2 186 187,94	1 625 282,30	-	560 905,64	2 173 717,94	1 775 034,67	-	398 683,27
Equipamento administrativo	916 601,82	842 159,77	-	74 442,05	917 052,98	873 656,19	-	43 396,79
Equipamentos biológicos	2 999,60	2 999,60	-	-	2 999,60	2 999,60	-	-
Outros	1 395 818,00	1 283 489,59	-	112 328,41	1 395 818,00	1 318 726,95	-	77 091,05
Ativos fixos tangíveis em curso	4 912 435,76	-	-	4 912 435,76	714 784,08	-	-	714 784,08
	34 496 192,87	12 346 022,91	-	22 150 169,96	34 379 733,18	13 165 152,34	-	21 214 580,84
TOTAL	77 838 538,48	40 960 645,18	-	36 077 893,31	82 598 830,18	45 587 461,19	-	37 011 168,99

5.2 Ativos fixos tangíveis – Quantia escriturada e variações do período

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações						Quantia Escriturada Final
		Adições	Transferências Internas	Revalorizações	Reversão de Perdas por Imparidade	Depreciações Do período	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terranos e recursos naturais	127 510,18	18 000,00	-	-	-	-	-	145 510,18
Edifícios e outras construções	3 403 164,21	117 301,95	1 765 295,84	-	-	177 983,03	-	5 107 778,97
Infraestruturas	10 065 307,52	117 906,51	295 568,09	-	-	1 112 801,33	-	9 365 980,79
Património histórico, artístico e cultural	36 173,35	1 502,72	-	-	-	198,75	-	37 477,32
Bens de domínio público em curso	295 568,09	282 795,43	(558 363,52)	-	-	0,00	-	0,00
	13 927 723,35	517 506,61	1 502 500,41	0,00	0,00	1 290 983,11	0,00	14 656 747,26
Ativos fixos em concessão								
Infraestruturas	-	1 245 285,81	-	-	-	105 444,92	-	1 139 840,89
	0,00	1 245 285,81	0,00	0,00	0,00	105 444,92	0,00	1 139 840,89
Outros ativos fixos tangíveis								
Terranos e recursos naturais	824 170,79	12 500,00	-	-	-	-	-	836 670,79
Edifícios e outras construções	15 123 957,00	1 247 162,79	2 695 151,27	-	-	497 591,18	13 450,79	18 555 229,09
Equipamento básico	541 930,31	151 847,56	-	-	-	105 052,10	-	588 725,77
Equipamento de transporte	560 905,64	-	-	-	-	162 222,37	-	398 683,27
Equipamento administrativo	74 442,05	451,16	-	-	-	31 496,42	-	43 396,79
Outros	112 328,41	-	(4 197 651,68)	-	-	35 237,36	-	77 091,05
Ativos fixos tangíveis em curso	4 912 435,76	-	(1 502 500,41)	-	-	-	-	714 784,08
	22 150 169,96	1 411 961,51	(1 502 500,41)	0,00	0,00	831 599,43	13 450,79	21 214 580,84
TOTAL	36 077 893,31	3 174 763,93	0,00	0,00	0,00	2 228 027,46	13 450,79	37 011 168,99

5.2a Ativos fixos tangíveis – adições

Rubricas	Adições										Total
	Internas	Com pra	Cessão	Transferência De troca	Expropriação	Doação	Doação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, cisão, Reestruturação	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terranos e recursos naturais	-	-	-	-	18 000,00	-	-	-	-	-	18 000,00
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	117 301,95	117 301,95
Infraestruturas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	117 906,51	117 906,51
Património histórico, artístico e cultural	-	1 502,72	-	-	-	-	-	-	-	-	1 502,72
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bens de domínio público em curso	-	282 795,43	-	-	-	-	-	-	-	35 913,58	262 796,43
	-	282 795,43	-	-	18 000,00	-	-	-	-	517 506,61	517 506,61
Ativos fixos em concessão											
Infraestruturas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 245 285,81	1 245 285,81
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 245 285,81	1 245 285,81
Outros ativos fixos tangíveis											
Terranos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12 500,00	12 500,00
Edifícios e outras construções	-	973 572,76	-	-	-	-	-	-	-	273 580,03	1 247 152,79
Equipamento básico	-	151 847,56	-	-	-	-	-	-	-	-	151 847,56
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	451,16	-	-	-	-	-	-	-	-	451,16
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos tangíveis em curso	-	1 125 971,48	-	-	-	-	-	-	-	-	1 125 971,48
	-	1 964 391,90	-	-	-	-	-	-	-	286 090,03	2 250 481,93
TOTAL	-	1 964 391,90	-	-	18 000,00	-	-	-	-	1 863 497,98	3 174 763,93

5.2b Ativos fixos tangíveis – diminuições

Rubricas	Diminuições					Total
	Alienações a Título oneroso	Transferência Ou troca	Devolução ou Reversão	Fusão, cisão, Reestruturação	Outras	
Outros ativos fixos tangíveis						
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	13 450,79	13 450,79
TOTAL	-	-	-	-	13 450,79	13 450,79

5.3 Ativos fixos tangíveis totalmente depreciados que ainda estejam em uso

Em 31/12/2023 estão 7.279 bens totalmente depreciados em uso.

31-12-2023			
Conta	Designação	Valor	Nº de ativos
430	Infraestruturas	14 196 177,79	51
431	Terrenos e recursos naturais	-	
432	Edifícios e outras construções	421 860,26	25
433	Equipamento básico	1 501 884,48	2 906
434	Equipamento de transporte	1 055 995,73	64
435	Equipamento administrativo	776 863,41	2 280
436	Equipamentos biológicos	2 999,60	3
437	Outros ativos fixos tangíveis	1 153 183,72	1 950
TOTAL		19 108 964,99	7 279

31-12-2022			
Conta	Designação	Valor	Nº de ativos
430	Infraestruturas	7 891 338,71	23
431	Terrenos e recursos naturais	-	
432	Edifícios e outras construções	400 672,19	21
433	Equipamento básico	1 414 145,32	2 809
434	Equipamento de transporte	1 024 065,73	63
435	Equipamento administrativo	752 529,53	2 031
436	Equipamentos biológicos	2 999,60	3
437	Outros ativos fixos tangíveis	1 052 181,51	1 812
TOTAL		12 537 932,59	6 762

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

5.4 Ativos fixos tangíveis em curso

Em 31-12-2023 e 31-12-2022, os ativos fixos tangíveis em curso, estão associados aos seguintes investimentos:

Investimentos em curso	31-12-2023	31-12-2022
Ativos fixos tangíveis em curso	714 784,08	5 208 003,85
Edifícios	714 784,08	2 749 598,21
Remodelações em edifícios da autarquia	-	130 650,01
Construção da Unidade de Saúde de Vera Cruz	61 418,16	-
Construção da Unidade de Saúde de Monte do Trigo	57 061,56	-
Beneficiação do parque desportivo municipal de Portel	487 902,33	451 988,65
Requalificação da Escola EB 2,3 D. João de Portel	-	1 765 295,84
Ampliação do Centro Comunitário de SB Outeiro	108 402,03	-
Centro Interativo do Montado – Turismo Natural (Ex Posto da GNR)	-	401 663,71
Outras construções	-	2 162 837,55
Recuperação, Amp. Piscinas Municipais Descobertas	-	2 162 837,55
Bens de domínio público em curso	-	295 568,09
Intervenções em jardins	-	295 568,09

NOTA 6 LOCAÇÕES

O Município de Portel apresenta ativos com contrato de locação financeira, conforme segue:

Bens locados	Quantia escrituraria líquida	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período		Acumulado		Período		Acumulado		
		Capital	Juros	Capital	Juros	Capital	Juros	Capital	Juros	
Autocarro Scania 55-V2-M de 55 lugares	253 380,00	42 843,78	2 096,51	204 367,57	6 714,20	44 041,40	517,71	49 012,43	2 421,38	49 012,43
2 veículos ligeiros elétricos Renault Twingo	43 618,18	11 322,28	929,41	25 023,96	1 118,80	11 632,98	62,75	18 594,22	76,39	18 594,22
Viatura RSU	142 876,80	22 588,59	3 960,22	41 737,03	4 129,89	23 517,92	2 107,76	101 139,77	5 252,08	101 139,77
Totais	439 874,98	76 754,65	6 986,14	271 128,56	11 962,89	79 192,30	2 688,22	168 746,42	7 749,85	168 746,42

NOTA 7 CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Tipo	Identificação	Instituição	Capital em dívida Em 31-12-2022	Reembolso de Capital	Juros – gastos	Capital em dívida Em 31-12-2023
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	Não excecionados					
	- Financiamento da escola de ensino básico de Portel	BFI	142 898,29	39 138,51	4 491,07	103 759,78
	- Financiamento de biblioteca EM 538, requalif urbana	BFI	277 083,27	58 333,32	8 981,32	218 749,95
	- Financiamento de Capela e Casa Mortuária de Orla	BCP	211 090,08	31 787,45	15 338,11	179 302,63
	Excecionados					
	- Financiamento Req. Escola EB 2,3 D. João de Portel	AD&C	421 838,79	270 902,93	14 161,96	150 935,86
	TOTAL		1 052 910,43	400 162,21	42 672,46	652 748,22

NOTA 9 IMPARIDADE DE ATIVOS

9.1. Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa

Ativo	Natureza	31-12-2023			31-12-2022		
		Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Cientes, contribuintes e utentes	Gerador de caixa	316 859,27	291 707,63	25 151,64	310 597,43	289 537,91	21 059,52
Outras contas a receber	Gerador de caixa	20 929,64	9 108,93	11 820,71	24 766,56	9 108,93	15 657,63
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Não gerador de caixa	443 884,71	175 192,21	268 692,50	424 255,12	155 682,48	268 572,64
TOTAL		38 394 573,21	478 008,77	37 918 564,44	37 293 485,08	454 329,32	36 838 155,76

9.2. Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa - ANO

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia escriturada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total diminuições	
Cientes, contribuintes e utentes	289 537,91	2 169,72			2 169,72		-		-	291 707,63
Outras contas a receber	9 108,93	-			-		-		-	9 108,93
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	155 682,48	19 509,73			19 509,73		-		-	175 192,21
	454 329,32	21 679,45			21 679,45		-		-	476 008,77

NOTA 10 INVENTÁRIOS

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante 2022 – custo médio ponderado. De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

10.1 Inventários

A quantia recuperável dos inventários à data de 31-12-2023 e 31-12-2022, é a seguinte:

Ativo	31-12-2023			31-12-2022		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	443 884,71	175 192,21	268 692,50	424 255,12	155 682,48	268 572,64
TOTAL	443 884,71	175 192,21	268 692,50	424 255,12	155 682,48	268 572,64

10.2 Inventários – Movimentos do período

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos / Gastos	Variações nos Inventários	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de Inventários	Outros aumentos de Inventários	
Mercadorias	-	349 848,97	(349 348,97)	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	424 255,12	414 869,41	(395 239,82)	-	(175 192,21)	-	-	-	268 692,50
TOTAL	424 255,12	764 718,38	(745 088,79)	-	(175 192,21)	-	-	-	268 692,50

	2023			2022		
	Mercadorias	Matérias-primas subsid. Consumo	Total	Mercadorias	Matérias-primas subsid. Consumo	Total
Existências iniciais	-	424 255,12	424 255,12	2 002,56	397 342,60	399 345,16
Compras	349 848,97	414 869,41	764 718,38	353 296,84	543 044,65	896 341,49
Regularização de existências	-	-	-	-	-	-
Existências finais	-	443 884,71	443 884,71	-	424 255,12	424 255,12
Custo das Merc Vendidas e Mat Consumidas	349 848,97	395 239,82	745 088,79	355 299,40	516 132,13	871 431,53

Custo das Merc Vendidas e Mat Consumidas	2023	2022
Mercadorias		
- Água	349 848,97	355 206,51
- Livros, papelaria e artigos inst. p/ venda	-	92,89
Matérias primas	2 478,09	-
Matérias subsidiárias		
- Peças e outros mat. manutenção	47 972,58	38 792,15
- Outros materiais diversos de consumo	344 789,15	477 339,98
Total	745 088,79	871 431,53

NOTA 13 RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

a) Políticas contabilísticas e métodos adotados

O rendimento das vendas é reconhecido na demonstração de resultados:

- Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
- Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

- iii. Quando o montante dos réditos possa ser fiavelmente quantificado;
- iv. Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
- v. Quando os custos incorridos ou a incorrer, referentes à transação, possam ser fiavelmente mensurados.

O rendimento das prestações de serviços é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

O rendimento dos juros é reconhecido na demonstração de resultados através do método do juro efetivo.

O rendimento dos dividendos é reconhecido a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista a receber o dividendo.

b) Quantia de cada categoria de rendimentos

Tipo de transação com contraprestação	31-12-2023	31-12-2022
	Rendimento do período reconhecido	Rendimento do período reconhecido
Prestações de serviços	930 254,62	748 955,29
Venda de bens	354 578,92	324 689,58
Juros	7 149,23	378,46
Dividendos ou distribuições similares	4 723,94	5 793,37
Outros rendimentos	73 129,47	58 552,25
TOTAL	1 369 836,18	1 138 368,95

NOTA 14 RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

a) Políticas contabilísticas e métodos adotados

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

b) Quantia de cada categoria de rendimentos

Tipo de transação sem contraprestação	31-12-2023				31-12-2022			
	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber	
	Resultados	Património líquido	Início do período	Fim do período	Resultados	Património líquido	Início do período	Fim do período
Impostos diretos	844 912,57	-	-	-	475 532,14	-	-	-
Impostos indiretos	400 293,94	-	-	-	1 004 578,25	-	-	-
Taxas	123 046,61	-	15 851,38	18 787,28	105 625,92	-	11 135,80	15 851,38
Multas e outras penalidades	2 400,31	-	-	-	3 075,20	-	-	-
Transferências sem condição	8 138 607,48	1 471 010,00	103 977,15	254 190,95	7 825 727,63	878 232,00	94 697,31	103 977,15
TOTAL	9 509 260,91	1 471 010,00	119 828,53	272 978,23	9 414 539,14	878 232,00	105 833,11	119 828,53

NOTA 15 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

15.1 Provisões

As provisões são reconhecidas quando se verifica cumulativamente as seguintes situações:

- Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos que será necessário para liquidar a obrigação;
- Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Para o ano de 2023, foram incluídos os seguintes processos, os quais originaram o reforço da provisão existente:

Proc. Contra-ordenação nº DL 65/21/2023, instaurado pelo Centro Nacional de Cibersegurança, onde o Município foi punido com a coima de 10.000€, sendo apresentado recurso para o Tribunal da Comarca de Évora;

Proc. Contra-ordenação nº 294962/2023, instaurado pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, em que o Município foi notificado de que pode ser punido com coima entre 500€ a 1.500€, sendo apresentado recurso, aguardando a decisão;

Proc. Contra-ordenação nº 294472/2023, instaurado pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, em que o Município foi notificado de que pode ser punido com coima entre 500€ a 1.500€, sendo apresentado recurso, aguardando a decisão;

Proc. Contra-ordenação nº 294980/2023, instaurado pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, em que o Município foi notificado de que pode ser punido com coima entre 99,76€ a 249,40€, sendo apresentado recurso, aguardando a decisão;

Proc. Contra-ordenação nº 102301395, instaurado pela Autoridade para as Condições do Trabalho – Centro Local do Alentejo Central, em que o Município é acusado de infração no âmbito do transporte de crianças, punível, em abstrato, com coima entre 500€ a 1.500€, sendo apresentado recurso, aguardando a decisão;

Proc. nº 395/23.8BEBJA, instaurado pela Spormex Events & Exhibitions, Lda., em que pede a condenação do Município ao pagamento de 60.836,29€ por incumprimento contratual, sendo apresentado recurso, impugnando o pedido;

Posto isto, os processos judiciais em curso apresentam o valor de acordo com o seguinte quadro:

Rubricas	Quantia escriturada Inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada Final
		Reforços	Aumento da quantia escriturada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total diminuições	
Provisões Processos judiciais em curso	1 244 210,21	72 436,05			72 436,05				-	1 316 646,26
TOTAL	1 244 210,21	72 436,05	-	-	72 436,05	-	-	-	-	1 316 646,26

15.2 Passivos contingentes

Os passivos contingentes são:

- i. Obrigações possíveis, que carecem de confirmação se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço; ou
- ii. Obrigações presentes, que não satisfazem os critérios de reconhecimento da NCP 15 (por isso não são reconhecidos sob a forma de provisão), quer porque não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para extinguir a obrigação, quer porque não pode ser feita uma estimativa suficientemente fiável da quantia da obrigação.

Apresentam-se assim os processos judiciais em curso sobre os quais foi efetuada uma apreciação jurídica de risco, e constituídas as respetivas provisões pelos valores indicados. Relativamente aos processos onde não se verifique as condições para reconhecimento de provisão, são apresentados os mesmos para os efeitos de divulgação dos passivos contingentes.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

15.3 Ativos contingentes

Os ativos contingentes identificados resultam dos valores de pagamentos em atraso a favor do Município, que a Autoridade Tributária e Aduaneira divulgou:

Ano	Imposto	Nº Nota cobrança (DUC)	Pagamentos e recebimentos Em atraso (Quantia exequenda)
2023	CA	Valores agregados	122,35
2023	IM	Valores agregados	107 409,55
2023	IMT	Valores agregados	785,46
2023	IUC	Valores agregados	65 587,15
TOTAL			173 904,51

Ano	Imposto	Nº Nota cobrança (DUC)	Pagamentos e recebimentos Em atraso (Quantia exequenda)
2022	CA	Valores agregados	122,35
2022	IM	Valores agregados	99 271,42
2022	IMT	Valores agregados	785,46
2022	IUC	Valores agregados	55 230,46
TOTAL			155 409,69

NOTA 17 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras.

Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

NOTA 18 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado menos perdas por imparidade expressam a os valores a seguir apresentados.

18.1 Ativos financeiros

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros			31-12-2023			31-12-2022		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Ativos financeiros	Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida em resultados							
	Sub totais		-	-	-	-	-	-
	Devedores p/ transf sub emp bonif							
	Dev. por transf e sub não reemb	4 250,36	-	-	4 250,36	1 240,20	-	1 240,20
	Outros dev.cred. p/ transf sub. Não reemb.	249 940,59	-	-	249 940,59	102 736,95	-	102 736,95
	Clientes, contribuintes e utentes							
	Clientes c/c	4 201,16	-	-	4 201,16	5 201,64	-	5 201,64
	Contribuintes	-	-	-	-	-	-	-
	Utentes	18 787,28	-	-	18 787,28	15 851,38	-	15 851,38
	Cobrança duvidosa	293 870,83	291 707,63	-	2 163,20	289 544,41	289 537,91	6,50
	Outros ativos							
	Pessoal	-	-	-	-	-	-	-
	Estado e outros entes públicos	644,73	-	-	644,73	1 649,47	-	1 649,47
	Devedores por acréscimos	715 197,36	-	-	715 197,36	519 352,35	-	519 352,35
	Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros ao custo amortizado menos imparidade	Devedores diversos	11 820,71	-	-	11 820,71	15 657,63	-	15 657,63
	Outros ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
	Outras contas a receber	9 108,93	9 108,93	-	-	9 108,93	9 108,93	-
	Participações financeiras	295 434,00	-	-	295 434,00	295 434,00	-	295 434,00
	Sub totais	1 603 255,95	300 816,56	-	1 302 439,39	1 255 776,06	288 646,84	957 130,12
	Instrumentos de património líquido mensurados ao custo							
	Sub totais	-	-	-	-	-	-	-
	TOTAL	1 603 255,95	300 816,56	-	1 302 439,39	1 255 776,06	288 646,84	957 130,12

Os devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis, representam os valores dos pedidos de pagamento ainda não recebidos de projetos financiados.

Valores a receber de projetos	31-12-2023	31-12-2022
Requalificação da Escola EB 2, 3 D. João de Portel	91 936,53	-
PARU – Reab. Urbana Acessos Castelo Envolvente	2 225,65	2 225,65
PDR2020-ATD Click Portel	7 651,34	7 651,34
Realh Esp Públ CP Monte Trigo – R Évora e R Cemitério	8 932,80	8 932,80
Ampliação do Centro Comunitário de Santana	9 492,88	9 614,35
Centro Interativo do Montado - Turismo Natureza (Ex Posto da GNR)	52 200,30	-
Centro de Interpretação do Castelo – Reab Urbana Acessos Castelo e Envolv	1 711,90	1 711,90
Rede de Mobilidade Suave em Portel	42 960,64	42 960,79
PDR2020-ATD Centro de Interpretação do Castelo de Portel	13 200,00	13 200,00
Outros Projetos	19 628,55	16 440,12
TOTAL	249 940,59	102 736,95

Handwritten signatures and initials in blue ink.

A execução dos projetos durante o quadro comunitário em vigor apresenta a seguinte estrutura:

Designação da operação	Estado contabilístico	Data estado	Custo total aprovado	Eis global aprovado	Apelo total aprovado	Taxa de apelo	Apelo pago				Total
							2020	2021	2022	2023	
Requalificação da Escola EB 2,3 D. João de Portugal	Em Execução	12-04-2017	1 719 452,91	1 558 944,23	1 410 132,53	85,00%	1 053 852,36	37 598,44		119 090,75	1 279 470,37
Rebo Eco Páid CP Monte Trigo – R. Borna e R. Centúrio	Em Execução	30-06-2017	230 519,00	226 517,55	187 443,00	85,00%	179 063,00				179 063,00
Rebo Urb. Alameda do Castelo e Rua Rui D. Escobar	Em Execução	15-03-2018	637 380,15	637 380,15	541 773,14	85,00%	462 316,44	42 287,31			504 603,75
Planta Inovadores de Combate ao Incêndio Escalar	Em Execução	25-05-2018	199 963,79	199 963,79	169 860,72	85,00%	54 812,87	49 619,51	40 034,25	527,58	145 994,25
Passo de Mobilidade Suave em Portel	Em Execução	28-01-2020	418 387,02	340 908,00	284 772,00	85,00%	65 622,94	149 307,26			213 930,25
Centro Interativo do Montado – Turismo Natural	Em Execução	17-02-2021	653 102,86	662 885,35	563 452,54	85,00%		130 543,75	158 365,21		289 028,96
Centro de Interpretação do Castelo – Rebo Urb. Aceso	Em Execução	05-05-2020	213 468,00	127 047,35	107 980,26	85,00%	102 580,75				102 580,75
Ampliação do Centro Comunitário de Santana	Em Execução	31-01-2020	703 943,06	706 797,95	644 109,44	85,00%	248 735,14	275 459,75	78 832,31	40 111,98	643 139,18
Rebo Museu da Aldeia e Espaço Ecológico para a Cruz	Em Execução	29-12-2020	157 937,23	137 937,23	117 246,65	85,00%	24 186,13	85 775,20			109 961,33
Modernização AGR2020	Em Execução	09-12-2020	71 326,43	71 136,25	60 465,81	85,00%	19 330,14	24 764,13			44 094,27
Reabilitação do Parque Dr. França em Portel	Em Execução	29-05-2022	330 349,00	330 349,00	280 786,55	85,00%			215 836,94	34 396,01	251 232,95
Museu Maria Fernanda Toscano Rico	Em Execução	29-05-2022	142 205,76	110 991,39	94 342,58	85,00%			40 569,41	29 231,34	69 800,75
Recuperação e Valorização do Castelo de Portel	Em Execução	29-04-2020	1 053 215,73	1 001 258,83	750 951,57	75,00%					750 951,57
FEPAI	Em Execução	21-09-2016	75 357,04	75 357,04	70 257,68	92,00%	70 257,68				70 257,68
Integração de jovens adultos no mercado laboral – FEPAI	Em Execução	21-04-2021	118 838,72	118 838,72	101 012,81	85,00%		15 151,94			15 151,94
TOTAL			6 739 454,68	6 395 325,91	5 389 674,78		2 265 819,28	888 085,21	629 433,25	322 567,47	3 918 634,89

Os devedores por acréscimos e outros devedores desagregam-se em:

Outras contas a receber	31-12-2023	31-12-2022
Ativo corrente		
Impostos e taxas imputados ao exercício	469 129,43	386 504,57
Devedores e credores por acréscimos (periodização económica)		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Outros acréscimos de rendimentos	246 067,93	132 847,78
Outros devedores		
Outros devedores - Por transferências e subsídios	249 940,59	102 736,95
Outros devedores - Outros	11 820,71	15 657,63
TOTAL	976 958,66	637 748,93

As participações financeiras detidas, mensuradas ao custo refletem as seguintes participações:

	Capital Social	% Participação	Método de reconhecimento	Valor Subscrito
Participações sociais				
Fundo de apoio municipal	417 857 175,00	0,07%	Custo	295 434,00

18.2 Passivos financeiros

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de passivos financeiros			31-12-2023			31-12-2022		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Passivos financeiros	Passivos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados	Credores p/ transf a sub emp bonif						
		Cred. por transf e sub não reemb	599 233,50	-	599 233,50	656 073,75	-	656 073,75
		Fornecedores	-	-	-	-	-	-
		Outros passivos	-	-	-	-	-	-
		Pessoal	-	-	-	-	-	-
		Estado e outros entes públicos	72 663,06	-	72 663,06	61 878,23	-	61 878,23
		Fornecedores de investimentos	-	-	-	12 566,78	-	12 566,78
		Credores por acréscimos	788 141,74	-	788 141,74	723 577,14	-	723 577,14
		Credores por subscrições não liberadas (FAM)	-	-	-	-	-	-
		Adiantamento por conta de vendas	10 622,02	-	10 622,02	-	-	-
		Cauções	236 589,53	-	236 589,53	241 215,38	-	241 215,38
	Sindicatos	356,78	-	356,78	292,54	-	292,54	
	Credores diversos	8 748,55	-	8 748,55	8 359,98	-	8 359,98	
	Rendimentos a reconhecer	-	-	-	-	-	-	
	Financiamentos obtidos	670 558,78	-	670 558,78	876 572,71	-	876 572,71	
	Sub totais	2 386 913,96	-	2 386 913,96	2 580 536,51	-	2 580 536,51	
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado								
	Sub totais	-	-	-	-	-	-	
Compromissos de empréstimo mensurados ao custo menos imparidade								
	Sub totais	-	-	-	-	-	-	
TOTAIS			2 386 913,96	-	2 386 913,96	2 580 536,51	-	2 580 536,51

Os fornecedores resultam da atividade normal do Município enquanto dívidas correntes e os fornecedores de investimentos reportam as dívidas de investimento desenvolvidas.

Os credores por acréscimos e credores diversos desagregam-se de acordo com as seguintes componentes:

Outras contas a pagar	31-12-2023	31-12-2022
Passivo não corrente		
Cauções	236 589,53	241 215,38
Passivo corrente		
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	562 894,89	531 251,03
Juros a liquidar e outros gastos financeiros	7 507,81	6 674,14
Outros acréscimos de gastos	217 739,04	185 651,97
Outros credores		
Sindicatos	356,78	292,54
Credores diversos – outros	8 748,55	8 359,98
TOTAL	1 033 836,60	973 445,04

Ao nível dos financiamentos obtidos e tal como acima foi referido agregam-se nos termos seguintes:

25 – Financiamentos Obtidos		31-12-2022	Aumentos	Diminuições	31-12-2023
Não excecionados					
Financiamento da escola do ensino básico de Portel	BPI	142 898,29	-	39 138,51	103 759,78
Financiamento de biblioteca, EM538, Req Urb	BPI	277 083,27	-	58 333,32	218 749,95
Financiamento de Capela e Casa Mortuária de Oriola	BCP	211 090,08	-	31 787,45	179 302,63
Excecionados					
Financiamento Req Escola EB 2,3 D. João de Portel	AD&C	421 838,79	-	270 902,93	150 935,86
		1 052 910,43	-	400 162,21	652 748,22
Locações financeiras					
Banco Comercial Português	BCP	123 728,36	-	22 588,59	101 139,77
Caixa Leasing	CGD	91 856,20	-	42 843,78	49 012,42
Caixa Geral de Depósitos	CGD	29 916,51	-	11 322,28	18 594,23
		245 501,07	-	76 754,65	168 746,42
TOTAL		1 298 411,50	-	476 916,86	821 494,64

O horizonte temporal dos financiamentos obtidos, enquadram-se nos seguintes exercícios futuros:

Anos	BPI	BCP	AD&C	TOTAL
2024	98 871,04	44 825,65	13 721,44	157 418,13
2025	99 987,33	44 825,65	13 721,44	158 534,42
2026	79 901,37	44 825,65	13 721,44	138 448,46
2027	43 749,99	44 825,68	13 721,44	102 297,11
2028	-	-	13 721,44	13 721,44
2029	-	-	13 721,44	13 721,44
2030	-	-	13 721,44	13 721,44
2031	-	-	13 721,44	13 721,44
2032	-	-	13 721,44	13 721,44
2033	-	-	13 721,44	13 721,44
2034	-	-	13 721,46	13 721,46
2035	-	-	-	-
TOTAIS	322 509,73	179 302,63	150 935,86	652 748,22

Anos	CGD	CxLeasFact	BCP	TOTAL
2024	9 297,12	42 843,78	20 227,95	72 368,85
2025	9 297,11	6 168,65	20 227,95	35 693,71
2026	-	-	20 227,95	20 227,95
2027	-	-	20 227,95	20 227,95
2028	-	-	20 227,97	20 227,97
TOTAIS	18 594,23	49 012,43	101 139,77	168 746,43

NOTA 30 OUTRAS DIVULGAÇÕES

30.1 Alterações no património líquido

Rubricas	31-12-2022	Aplicação dos resultados	Reposição subsídios Investimento	Reposição subsídios Correntes	Resultado do exercício	Outros movimentos	31-12-2023
51 - Património	29 411 780,32						29 411 780,32
55 - Reservas	12 186,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12 186,15
Reservas legais	12 186,15						12 186,15
56 - Resultados transitados	(4 634 945,91)	(1 676 882,39)	0,00	0,00	0,00	0,00	(6 311 828,30)
Resultados transitados	(3 479 156,11)	(1 576 552,39)					(7 147 963,50)
Regularizações	723 888,86						723 888,86
Ajustamentos de transição POCAL/SNC-AP	111 351,34						111 351,34
57 - Ajustamentos em ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relacionados com o MEP							
58 - Outras variações no património líquido	11 382 442,28	0,00	(671 214,73)	(325 793,34)	0,00	4 583 432,57	14 948 868,78
Transferências e subsídios de capital	8 202 598,70	0,00	(488 605,32)	0,00	0,00	3 092 422,57	10 806 415,95
Ativos depreciables	8 202 598,70		(488 605,32)			3 092 422,57	10 806 415,95
Ativos não depreciables	0,00						0,00
Outras transferências e subsídios de capital	3 028 073,11	0,00	(182 909,41)	(325 793,34)	0,00	1 471 010,00	3 990 680,36
FEF Capital	1 542 397,59		(92 053,59)	(325 793,34)		679 808,00	1 604 358,56
Art. 35º, nº 3, Lei nº 73/2013	1 485 675,52		(90 555,72)			791 202,00	2 186 321,80
Doações obtidas	151 770,45						151 770,45
59 - Resultado líquido do exercício	(1 676 882,39)	1 676 882,39			(1 476 955,32)		(1 476 955,32)
TOTAL	34 484 580,43	0,00	(671 214,73)	(325 793,34)	(1 476 955,32)	4 583 432,57	38 584 048,61

As variações no património líquido no exercício de 2023, apresentam as seguintes operações:

1. Transferência do resultado líquido do período de 2022, para resultados transitados;
2. Reconhecimento do resultado líquido do período de 2023, cuja aplicação será proposta no relatório de gestão;
3. Reposição de financiamentos, proporcionalmente às depreciações do exercício dos ativos subjacentes no valor de 617.214,73€.
4. Transferências de Capital recebidas do Orçamento do Estado, que ascendem a 1.471.010,00€.

As alterações ocorridas ao nível dos subsídios ao investimento, refletem-se como se segue:

Conta	31-12-2022	Aumentos / Pedidos de pagamento	Reposições	Diminuições	31-12-2022
59 – OUTRAS VARIAÇÕES DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO					
5931 – Transf e subs para aquisição de ativos depreciables					
Modernização e ampliação do CRO (centro de recolha Oficial)	-	11 682,11	97,35		11 584,76
Biblioteca Municipal de Portel	427 598,97	-	10 429,24		417 169,73
Beneficiação escolas 1º ciclo ensino básico	76 468,72	-	2 317,23		74 151,49
Pavilhão Polivalente de Monte do Trigo	286 248,97	-	9 233,84		277 015,13
Beneficiação estradas municipais	40 847,83	-	5 105,98		35 741,85
Loteamento habitacional do Rossio – Portel	66 601,93	-	4 440,13		62 161,80
Loteamento Vereador Francisco Fialho – Monte do Trigo	97 331,52	-	6 123,00		91 208,52
Loteamento Industrial de Portel	291 527,11	-	8 097,98		283 429,13
Requalif Pavimentos rede abastec água – 1ª e 2ª fase	201 708,08	-	28 815,44		172 892,64
Remodelação e ampliação da escola ens básico Portel	624 547,01	-	16 879,65		607 667,36
Audatório Municipal de Portel	894 126,25	-	26 297,83		867 828,42
Parque Urbano Horta da Malriz	131 461,05	-	18 780,15		112 680,90
Requalificação Urbana em Alqueva – 1ª e 2ª fase	97 542,73	-	13 934,68		83 608,05
Reordenamento em Monte do Trigo – 1ª e 2ª fase	125 636,40	-	17 948,05		107 688,34
Reordenamento em Ameira – 1ª e 2ª fase	118 210,85	-	16 887,27		101 323,58
Centro Comunitário da Vera Cruz	142 002,87	-	4 437,59		137 565,28
Beneficiação EM538 – Portel/Ameira	280 438,84	-	23 369,90		257 068,94
Beneficiação EMentre Ameira e Marina	15 525,45	-	3 105,09		12 420,36
Centro Social de Monte do trigo	739 971,10	-	18 048,08		721 923,02
Centro Marketing Social e Valorização do Montado	118 046,33	-	2 879,18		115 167,15
Beneficiação EM522 – SB Outeiro / Limite concelho	22 855,81	-	5 713,95		17 141,86
Extensão de Saúde de Oriola	70 180,70	-	4 386,29		65 794,41
Extensão de Saúde de SB Outeiro	75 281,03	-	1 836,12		73 444,91
Beneficiação Mercado Municipal – Outlet Prod Regionais	329 777,47	-	9 993,26		319 784,21
Beneficiação do Caminho Municipal nº 1120	35 222,43	-	3 202,04		32 020,39
Centro de Interpretação da Natureza e do Montado	234 129,73	-	16 580,66		217 549,07
Ampliação do Centro Comunitário de vera Cruz	218 635,87	-	6 832,37		211 803,50
Beneficiação dos acessos a Oriola	113 335,27	-	10 303,21		103 032,06
Beneficiação nas Piscinas Municipais	6 368,50	-	6 366,50		-
Req Linha água em Ameira – Parque Horta da Nora	101 699,76	-	9 245,43		92 454,33
Req Parque desportivo SB Outeiro	97 734,07	-	7 518,00		90 216,07
Req Parque desportivo Oriola	96 498,62	-	10 220,17		86 278,45
Parque de manutenção do Rossio	121 235,43	-	3 673,80		117 561,63
Requalificação da Escola EB 2,3 D. João de Portel	-	1 371 407,50	2 285,68		1 369 121,82
PARU – Reab Urbana Acessos Castelo Envolv	504 717,61	-	25 341,47		479 376,14
FDR2020-ATD Click Portel	4 800,00	-	1 600,00		3 200,00
Reab Esp Publ CP Monte Trigo – R Évora e R Cemitério	140 606,22	-	9 373,75		131 232,47
Ampliação do Centro Comunitário de Santana	-	652 632,06	13 319,02		639 313,04
Reabilitação do Museu da Aldeia em Vera Cruz	33 387,66	-	1 734,17		31 653,49
Centro Interativo do Montado – Turismo Natureza (Ex Posto GNR)	-	341 229,26	568,72		340 660,54
Centro de Interpretação do Castelo – Reab Urbana Acessos e Env	104 128,81	-	2 086,05		102 042,76
Museu Maria Fernanda Toscano Rico	-	89 429,33	149,05		89 280,28
Reabilitação do Parque Dr. França em Portel	-	251 232,89	2 093,61		249 139,28
Rede de mobilidade suave em Portel	255 820,61	-	12 844,55		242 976,06
FDR2020-ATD Centro de Interpretação do Castelo de Portel	55 529,10	-	1 112,44		54 416,66
Espaço Aberto Multusos – Parque da Amoreira	28 486,86	-	749,65		27 737,21
Interreg RAUFA – Zona de Recreio de Ameira	101 462,68	-	7 804,82		93 657,86
Interreg FEGLA – Zona de Recreio de Alqueva	84 049,83	-	6 465,37		77 584,46
Praia Fluvial de Amiera	292 064,62	-	18 254,04		273 810,58
Praia Fluvial de Alqueva	298 750,00	-	15 000,00		283 750,00
Sinalética Turística Inteligente – ATLA	-	-	-		-
Em concessão E-Redes	-	374 809,42	34 723,46		340 085,96
5939 – Outras transferências e subsídios de capital					
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	1 542 397,59	679 808,00	92 053,69	325 793,34	1 804 358,56
Artigo 35º, nº 3 da Lei nº 73/2013	1 485 675,52	791 202,00	90 555,72		2 186 321,80
TOTAL	11 230 671,81	4 563 432,57	671 214,73	325 793,34	14 787 086,31

Ao nível das transferências do Orçamento do Estado, foram afetos os valores seguintes:

# 58.1.9 – Outras Transf Subs Capital	Ano Origem	Sit Inic	Reposição	Aumentos	Sit Final
- FCF	2020	-	-	647 415,00	647 415,00
	2021	647 415,00	307 746,25	697 205,00	1 036 873,75
	2022	1 036 873,75	185 483,16	691 007,00	1 542 397,59
	2023	1 542 397,59	92 053,69	354 014,66	1 804 358,56
- Artº 35º, nº 3, Lei 73/2013	2020	-	-	608 593,00	608 593,00
	2021	608 593,00	-	697 805,00	1 306 398,00
	2022	1 306 398,00	169 622,48	348 900,00	1 485 675,52
	2023	1 485 675,52	90 555,72	791 202,00	2 186 321,80
TOTAL 2023		3 028 073,11	182 609,41	1 145 218,66	3 990 680,36

30.2 Rendimentos e ganhos

Durante os anos de 2023 e 2022, a totalidade dos rendimentos e ganhos, classificados por naturezas, ascenderam aos seguintes montantes:

Rendimentos e ganhos	2023	2022	Variação
70 – Impostos, contribuições e taxas	1 370 653,43	1 588 811,51	(218 158,08)
71 – Vendas	354 578,92	324 689,58	29 889,34
72 – Prestações de serviços e concessões	930 254,62	748 955,29	181 299,33
74 – Trabalhos para a própria entidade	118 990,12	377 843,70	(258 853,58)
75 – Transferências e subsídios correntes obtidos	8 180 165,85	8 032 882,51	147 283,34
78 – Outros rendimentos	744 529,90	480 383,68	264 146,22
79 – Juros, dividendos e outros rendimentos similares	11 873,17	6 171,83	5 701,34
TOTAL	11 711 046,01	11 559 738,10	151 307,91

30.3 Gastos e perdas

Durante os anos de 2023 e 2022, a totalidade dos gastos e perdas, classificados por naturezas, ascenderam aos seguintes montantes:

Gastos e perdas	2023	2022	Variação
60 – Transferências e subsídios concedidos	1 258 571,14	1 063 412,19	195 158,95
61 – Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	745 088,79	871 431,53	(126 342,74)
62 – Fornecimentos e serviços externos	2 900 849,64	3 695 712,71	(794 863,07)
63 – Gastos com o pessoal	5 650 931,06	4 863 571,96	787 359,10
64 – Gastos de depreciação e de amortização	2 247 807,89	2 310 660,23	(62 852,34)
65 – Perdas por imparidade	21 679,45	162 066,58	(140 387,13)
67 – Provisões	72 436,05	-	72 436,05
68 – Outros gastos	240 422,98	249 635,31	(9 212,33)
69 – Gastos por juros e outros encargos	50 214,33	20 129,98	30 084,35
TOTAL	13 188 001,33	13 236 620,49	(48 619,16)

30.3.1 Transferências e Subsídios concedidos

Transferências e subsídios concedidos	2023	2022
Transferências correntes concedidas		
Administração local	348 590,89	383 205,06
Outros sectores institucionais	249 164,82	286 619,63
Outros	-	-
Subtotal	597 755,71	669 824,69
Subsídios correntes concedidos		
Outros sectores institucionais	335 022,09	234 115,56
Subtotal	335 022,09	234 115,56
Transferências de capital concedidas		
Administração local	242 719,65	60 968,47
Outros sectores institucionais	83 073,69	98 503,47
Subtotal	325 793,34	159 471,94
TOTAL	1 258 571,14	1 063 412,19

30.3.2 Fornecimentos e serviços externos

Esta componente dos gastos, durante os anos de 2023 e 2022, apresenta o seguinte desenvolvimento:

Fornecimentos e serviços externos	2023	2022
621 – Subcontratos e parcerias	465 069,66	484 553,49
Serviços de transporte	182 083,77	177 051,66
Serviços de alojamento e restauração	42 476,70	60 969,76
Serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos	240 509,19	246 305,51
Outros subcontratos e concessões	-	226,56
622 – Serviços especializados	535 917,70	1 130 587,25
Trabalhos especializados	122 477,96	124 552,33
Publicidade comunicação e imagem	58 885,33	48 325,83
Vigilância e segurança	19 880,74	16 410,64
Honorários	72 205,57	171 170,24
Comissões	21 137,44	38 716,63
Conservação e reparação	156 141,72	669 873,02
Outros serviços especializados	85 188,94	61 538,56
623 – Materiais de consumo	261 870,34	207 484,90
Piças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2 596,90	2 380,90
Livros e documentação técnica	26 134,99	24 180,13
Material de escritório	98,88	-
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	119 986,59	162 759,62
Material de educação, cultura e recreio	2 246,06	2 361,44
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	1 318,51	-
Medicamentos e artigos para a saúde	1 802,89	6 435,57
Outros materiais diversos de consumo	107 685,52	9 367,24
624 – Energia e fluidos	780 113,26	861 290,49
Electricidade	536 907,03	590 262,41
Combustíveis e lubrificantes	243 206,23	271 028,08
625 – Deslocações, estadas e transportes	1 671,30	-
Deslocações e estadas	1 671,30	-
626 – Serviços diversos	856 207,38	1 011 796,58
Rendas e alugueres	197 080,45	352 086,23
Comunicação	32 607,47	32 688,85
Seguros	65 387,89	59 062,03
Contencioso e notariado	2 048,28	2 054,50
Limpeza, higiene e conforto	118 632,98	-
Outros serviços	440 450,31	565 904,97
TOTAL	2 900 849,64	3 895 712,71

30.3.3. Indicadores de recursos humanos e gastos com o pessoal

Indicadores de referência

Recursos humanos	2023	2022
Número de trabalhadores no início do período	265	250
Número de trabalhadores no final do período	269	265
Número médio de trabalhadores ao longo do período	267	258
Número de trabalhadores admitidos e regressados	45	57
Número médio de trabalhadores que saíram durante o período	41	46

Os gastos com o pessoal apresentam a seguinte evolução

Gastos com o pessoal	2023	2022
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania	163 651,36	152 124,72
Remunerações do pessoal	4 273 169,08	3 722 802,06
Remunerações base	3 063 214,93	2 720 883,94
Subsídios de férias	288 611,49	261 783,36
Subsídios de Natal	264 356,10	223 852,38
Despesas de representação	5 483,16	4 533,99
Subsídio de refeição	378 554,02	288 860,55
Gratificações	63,66	-
Outras	1 445,65	-
Ajudas de custo	28 442,50	25 898,02
Trabalho extraordinário	177 366,05	132 766,75
Abono para faltas	3 550,42	3 538,50
Subsídio de prevenção, trabalho noturno e de turno	6 559,51	3 432,58
Colaboração técnica especializada	631,59	-
Outros abonos variáveis	54 890,00	57 251,99
Encargos sobre remunerações	939 745,68	837 915,21
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	48 181,02	36 256,00
Outros gastos com o pessoal	147 056,61	57 812,68
Outros encargos sociais	79 127,31	56 661,29
TOTAIS	5 650 931,06	4 863 571,96

30.3.4. Diferimentos ativos

Os diferimentos ativos, à data de 31/12/2023 e 31/12/2012, são os seguintes:

Diferimentos ativos	31-12-2023	31-12-2022
Gastos a reconhecer		
Transferências e subsídios concedidos com condições	599 233,50	656 073,75
Seguros	23 687,10	23 073,16
Outros	3 818,02	425,82
TOTAIS	626 738,62	679 572,73

30.3.5. Diferimentos passivos

Os diferimentos passivos, à data de 31/12/2023 e 31/12/2022, são os seguintes:

Diferimentos passivos	31-12-2023	31-12-2022
28 – DIFERIMENTOS		
2822 – Transferências e subsídios de capital obtidos com condições		
Construção da Unidade de Saúde de Monte do Trigo	60 372,82	-
Construção da Unidade de Saúde de Vera Cruz	53 277,20	-
FEDER – Requalificação da Escola EB 2,3 D. João de Portel	-	1 161 470,74
FEDER – Ampliação do Centro Comunitário de Santana	-	612 641,59
FEDER – Centro Interpretativo do Montado	-	289 213,83
Centro de Recolha Oficial – CRO	-	11 682,11
PARU – Reabilitação do Parque Dr. França	-	216 836,86
Outros projetos	18 900,00	75 909,52
2822 – Acordos de concessão de serviços		
Outras concessões	799 754,93	-
TOTAIS	932 304,95	2 367 754,65

